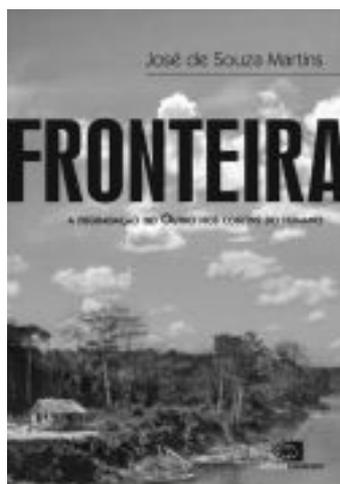


RESENHA



MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 (187p.)

## Relatos das fronteiras territoriais e humanas

Antonio Ozai da Silva\*

O que é a fronteira? Quem habita os confins do território brasileiro? Como sobrevive? Qual o significado da expansão da sociedade “civilizada”? Quantas vidas humanas são imoladas em nome da civilização?

O relato do professor José de Souza Martins concede a palavra à *vítima*. Neste sentido, “*Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*” é uma obra que assume um lado. Para o autor, “a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância histórica não é o chamado *pioneiro*. A figura central e metodologicamente explicativa é a vítima” (MARTINS, 2009, p.10).

Essa postura metodológica e humanista, relega os “pressupostos (e preconceitos) positivistas relativos à neutralidade do relacionamento entre o pesquisador e as populações que estuda” (Id., p.16). Como é possível se manter neutro num contexto conflituoso? Tal atitude é ilusória e prejudicial à pesquisa: “Numa situação de conflitos, essa pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e acontecimentos” (Id.).

Ficar a favor da vítima é também uma questão ética. Não obstante, assumir o lado do mais fraco não significa abrir mão da postura crítica enquanto pesquisador. “É

possível ser correto sem deixar de objetivo e crítico”, afirma o autor (Id.).

É com este espírito que Martins apresenta seus estudos sobre a fronteira. Trata-se de uma pesquisa solitária realizada por cerca de 30 anos nas frentes pioneiras do Brasil. Este esforço levou-o a concluir que a fronteira não se reduz à questão geográfica:

“Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão, propriamente sociológica e antropológica, que investigo o tema da fronteira e os desafios que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana” (Id., p. 11).

Esta dimensão indica a necessidade de superar certa epistemologia que legitima a *ideologia do pioneiro*, predominante nos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos sobre a expansão territorial que configura a identidade nacional. Tal ideologia, que confere ao *pioneiro* o papel de demiurgo e herói criador, nega o essencial:

“... o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que

recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, como a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna” (Id., p.12-13).

É a barbárie travestida de modernidade. Para os agentes da “civilização”, os “bárbaros” são os outros, os “selvagens” a serem extintos ou domesticados. As operações “civilizatórias” que garantem a expansão territorial na fronteira mascaram a violência pela afirmação e valorização do mito do pioneiro. Este procedimento ideológico desconsidera “o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa” (p.13). Dessa forma, as forças que representam a modernidade, consideradas pertencentes à “civilização”, fazem o seu trabalho de “limpeza da área”.

A fronteira, “longe de ser o território do novo e da integração”, mostra a face real cruenta, revelando-se enquanto “o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores” (Id.). Como frisa o autor: “A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra no pensamento acadêmico” (Id., p.14).

Suas palavras foram escritas “*No Tempo do Advento, numa manhã de chuva, em dezembro de 1996*”, na introdução à primeira edição do livro – e reproduzidas nesta. É uma escrita em memória das vítimas, de homens, mulheres e crianças que acolheram o pesquisador e que não sobreviveram ao tempo: o braço assassino

do “civilizador” ceifou suas vidas. Este livro, portanto, constitui um “modesto anúncio de sua tragédia, de suas lutas, de sua coragem e de suas lições de vida, para que do fundo de seu silêncio a esperança ainda se faça grito e palavra” (Id., p.20)

Passados cerca de treze anos, a tragédia ainda não chegou ao seu epílogo. O ciclo histórico da expansão da fronteira se reproduz. Como assinala o autor, em nota à presente edição:

“O Brasil da Conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado mapa do que seremos um dia. Nossos dramas estão de pé, não raro resvalando para as tragédias descabidas dos massacres e dos assassinatos sacrificiais de índios e de trabalhadores da frente de expansão com que pretendemos nos ungir para ganhar espaço e seguir adiante” (Id.).

\* \* \*

“*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*” se estrutura em quatro capítulos, cada um representa um estudo específico. No primeiro, “*A captura do outro: o rapto das mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil*”, o autor examina este aspecto presente nas frentes de expansão, ou seja, a prática do rapto de pessoas, “seja pelos grupos tribais entre si, seja pelas tribos indígenas em relação aos regionais, seja pelos regionais em relação ao índio” (Id., p.28). Ele utiliza a bibliografia etnológica sobre o tema. A propósito, faz o elogio aos etnólogos, “os autores das melhores contribuições para situar o problema étnico na história social da frente de expansão”, praticamente “os únicos pesquisadores a considerar a *situação de fronteira* como lugar social de alteridade, confronto e conflito” (Id., p.30).

Estas pesquisas, no entanto, apresentam limites, os quais o autor procura superar. Segundo ele, na bibliografia etnológica

“não há a tentativa de perceber o *rapto* como processo que se situa no limite de sociedades diversas e até opostas e

que por isso mesmo é definidor de uma situação social inteiramente nova, produzida pelo contato interétnico ou entre grupos étnicos em conflito ou antagônicos. Enfim, o rapto é mais do que ele próprio; é sobretudo um documento ou, mais apropriadamente, expressão do que se pode definir como *situação social documental*” (Id., p.31, grifos do autor).

O rapto “define o caráter propriamente trágico da fronteira”, inclusive enquanto alternativa à morte da vítima. Porém, ainda que expresse uma forma de sobrevivência física, ele “se configura como uma espécie de morte cultural e social”. A fronteira, enfatiza o autor, “é um lugar de morte”. Daí a ênfase na denúncia e divulgação dos assassinatos. Não obstante, “nem sempre o caráter trágico da fronteira se configura na morte, mas sim no rapto” (Id.). Eis a importância de estudar os casos de raptos.

“*A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão*” é o segundo estudo. Um dos problemas que envolve este tema diz respeito à conceituação da modalidade do trabalho escravo. É interessante registrar a opção do autor: “Em vez de perder-me na inútil tentativa da classificação prévia de tais relações, parece-me mais sensato, ao considerar o caso brasileiro, iniciar por uma descrição delas, expor a complexa e contraditória teia de conexões que dá vida e sentido” (p.72).

O autor ressalta que seu objetivo é

“propor uma compreensão sociologia da persistência dessas relações, mas sobretudo da sua revitalização, nas últimas décadas, como prática de empresas cuja lógica econômica, caracteristicamente capitalista e moderna, faz supor que nelas a escravidão seria uma contradição e uma irracionalidade” (Id.).

Ele dá o nome apropriado a este tipo de relação social: *escravidão*. E observa a relutância de alguns pesquisadores em assumir isto claramente. Tal fato decorre

de opções teóricas inadequadas: “a concepção liberal e típico ideal do capitalismo” que impede a compreensão de que o capital é capaz de “gerar outra forma de exploração do trabalho que não seja formalmente contratual e livre”; e, por outro lado, a teoria “marxista-estruturalista, de inspiração althusseriana e, portanto, de fundo positivista”. Nestas interpretações, “só há lugar para relações sociais de uma única temporalidade, a do tempo linear” (Id., p.73).

Estas concepções obscurecem a compreensão de que “as contradições engendradas pelo capital, em seu *processo* de reprodução ampliada, incluem formas sociais e mediações formais, como é o caso da escravidão por dívida, diversas de suas outras manifestações formais, com a do trabalho livre” (Id., p.73-74). É numa perspectiva crítica a estas teorias que o autor analisa “o cativo no capitalismo de fronteira”, a “acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital” e “os mecanismos sociais de gestação da escravidão”.

O terceiro capítulo, “*Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida*”, é um dos mais sensibilizantes. A partir de material sobre as crianças e recolhidos diretamente na convivência e entrevistas com as crianças, o autor concede a elas o *status* de sujeitos sociais e testemunhas do seu tempo e história. “Neste capítulo falo da fala das crianças, que por meio dela me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto) nas remotas regiões das frentes de ocupação do território, em distantes pontos da Amazônia”, escreve (Id., p.106).

Este capítulo, para além da exposição e análise da tragédia que envolve as crianças na realidade da fronteira, é um ensinamento sobre o ofício do sociólogo pesquisador. Também nos ensina a duvidar dos códigos de linguagem e poder, legitimadores da fala de uns e silenciador “daqueles que não foram eleitos pelo saber

acadêmico como informantes válidos dos pesquisadores” (Id., p.105).

Este procedimento, que caracteriza o instrumental sociológico predominante, é superado pelo autor ao reconhecer as crianças enquanto interlocutores sociologicamente válidos. Elas apresentam características peculiares:

“Tanto as crianças dos colonos quanto as crianças dos posseiros pensam a vida em termos de futuro. Mas concebem esse futuro em termos de valores, modos de vida, relações sociais, que são objetivamente do passado, de uma realidade que está sendo desorganizada, mutilada, transformada, mas não suprimida” (Id., p.127-128).

No último capítulo, “*O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*”, o autor retoma a discussão sobre a fronteira enquanto uma “situação de conflito social” e “lugar da alteridade”, o que faz dela “uma realidade singular”. Por outro lado, mostra como esta situação transforma a fronteira, simultaneamente, num

“lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história” (Id., p.133).

É nestes termos que ele analisa “a frente de expansão e frente pioneira” enquanto uma diversidade histórica da fronteira, ou seja, os “*modos de ver a fronteira*” (Id., p.135). Também examina “os conflitos humanos e a fronteira da história”. Para tanto, pauta-se

na categoria de “frente de expansão”, em lugar do conceito de “frente pioneira”. Em sua visão, esta categoria é “mais rica e apropriada para reflexão sociológica”, porque se refere “a lugar e tempo de conflito e de alteridade” (Id., p.141). Ainda neste capítulo, o autor analisa “a disputa pela concepção de destino na situação de fronteira” e a sobrevivência e milenarismo no mundo residual da expansão capitalista”.

É uma análise densa e rica, um trabalho que enaltece o papel do sociólogo pesquisador. É uma obra que nos faz crescer como pesquisadores diretamente envolvidos com a Sociologia e áreas afins, ou simplesmente como leitores interessados em conhecer melhor a realidade do país em que vive e, quem sabe, posicionar-se frente à mesma.

É um livro que permanece atual e que merece ser lido para melhor compreender os dilemas que envolvem a construção da nossa identidade nacional, tão bem expressada pelo autor:

“Nossa identidade nacional se constrói sobre o canibalismo simbólico que devora no outro o que queremos ser, na constituição problemática de um nós edificado sobre a alteridade intolerante de uma visão missionária do mundo e do homem. É na fronteira que nasce o brasileiro, mas é aí também que ele se devora nos impasses de uma história sem rumo. Decifrar a fronteira fundante do que somos é mergulhar nos desvendamentos por meio dos quais podemos nos reconhecer no conhecimento do que a sociedade brasileira é” (Id., p.21).

É um mergulho no mundo das relações sociais que vinculam *vítimas* e *algozes* neste processo histórico; um mergulho que pode gerar angústia e dor, mas necessário.



\* ANTONIO OZAI DA SILVA é professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). E-mail: [aosilva@uem.br](mailto:aosilva@uem.br) Blog: <http://antonio-ozai.blogspot.com>